

# O assistencialismo, como opção, dificulta o corte de despesas

SIMONE CAVALCANTI  
SÃO PAULO

“Há uma opção no Brasil por criar uma ampla base de programas sociais. A idéia de cortes não encontra guarita enquanto os dois principais partidos políticos do País optarem por isso”. A afirmação foi feita ontem pelo secretário do Tesouro Nacional, Carlos Kawall, que defende a contenção dos gastos correntes em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), mas, não, o corte mais drástico de despesas públicas.

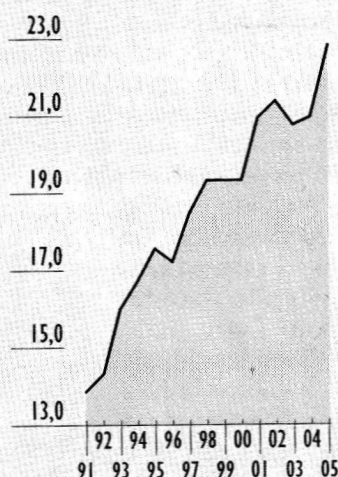
Se por um lado esse discurso destoa de outros economistas presentes ao seminário de Economia da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), que defendem medidas amplas no combate ao gasto, por outro Kawall fez coro ao dizer que é necessário haver um avanço qualitativo no tipo de estrutura de gastos e de tributação. “Se não avançarmos nesse sentido comprometeremos o crescimento porque o investimento público e privado serão sacrificados”, disse.

Enquanto o governo não indica a direção para a solução do problema, o governo recebe críticas, como a do especialista em contas públicas Raul Velloso que voltou a afirmar que o governo está preste a ter um colapso a ponto de comprometer o cumprimento do superávit primário de 4,25% do PIB, se nada for feito. Kawall disse não concordar com esse cenário de inviabilidade e disse que a meta será cumprida.

As despesas do governo federal chegaram a uma realidade classificada por Fábio Giambiagi, economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), como duplamente dramática. Primeiro porque houve um crescimento de dez pontos percentuais dos gastos em relação ao PIB entre 1991 e 2005 (de 14% para quase 24%). E em segundo porque a classe política está alheia a esse problema. “Há um divórcio entre a realidade e a perspectiva dessa realidade praticamente em todo o espectro po-

## DESPESA PRIMÁRIA

Governo central (em % do PIB)



Fonte: STN e, até 1995, SPE

lítico, independente do partido”.

De acordo com Giambiagi, a contenção dos gastos poderia ser feita com a imposição de um teto de crescimento de 0,2% do PIB por dez anos, proposta, inclusive, defendida pelo ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, mas que não vingou. Talvez assim fosse possível reduzir a proporção de gasto que saiu de 9,9%, em 1991, para 18,6% neste ano.

Uma das fontes desse aumento é o salário mínimo. Segundo Giambiagi, esse sistema está falido e tem 3% de eficácia no seu objetivo de redução da pobreza. “Essa é uma política esgotada e se havia benefícios no passado, agora não há mais.”

Na avaliação do economista, o Brasil precisa mudar seu modelo de política de assistencialista e distributivista para aquele em que o Estado investe em educação e cria riqueza. Também do País que dá maior enfoque aos idosos em detrimento dos jovens, tem uma visão de curto prazo em vez de planejar no longo prazo e tem obsessão na garantia dos direitos em vez da obsessão na produtividade, inovação e competição. “Essas são algumas das diferenças e movimentos que países emergentes estão fazendo para obter resultados mais significativos no PIB”, disse Giambiagi.